

SEMINÁRIO (PRE)VISÕES DA AMAZÔNIA

'Divisão territorial é assunto de brancos'

OS ÍNDIOS QUEREM MANTER SUAS ÁREAS DEMARCADAS. DIVISÃO NÃO PREOCUPA, APESAR DE SEREM MAIORIA EM ALGUNS MUNICÍPIOS ENVOLVIDOS NO PROJETO

ARUANA BRIANEZI

Os índios são donos de 25% das terras do Estado mas, segundo o representante da Fundação Nacional do Índio (Funai), João Melo Farias, não estão muito preocupados com a questão da criação dos territórios. As fronteiras criadas pelos brancos têm muito pouca utilidade para os índios. O que eles querem é ver suas áreas demarcadas para ter a certeza de que a terra será usada de acordo com sua tradição: como aquela que gera vida e deve ser respeitada acima de tudo. Mais importante do que saber se a área indígena está no Estado X ou Y é pensar, até junto à população não índia, modelos alternativos de desenvolvimento, que permitam a preservação das reservas naturais e, conseqüentemente, a sobrevivência do seu viver tradicional.

Nesse sentido, disse Melo Farias durante explanação na 5ª mesa-redonda do Seminário (Pre)visões da Amazônia - Redivisão Territorial do Estado do Amazonas: realidade e virtualidade -, para os índios, principalmente os mais afastados, que não têm grau de contato maior, tanto faz se o Estado vai ser dividido ou não. Ele explicou que a demarcação de áreas indígenas é prerrogativa da



ÚLTIMO DIA Enquanto Eron fala, Artemísia e João Melo observam

União e deve passar, segundo o decreto 1.775, por cinco fases.

Na primeira, é constituído um grupo de trabalho para, junto à comunidade, identificar a área a ser demarcada, fazer o levantamento de campo e apresentar relatório. Depois, o Ministério da Justiça analisa o relatório. Se não for aprovado, volta-se para a primeira fase, senão, dá-se início à terceira, que é a demarcação física. Depois disso, vem a expedição do decreto federal confirmando a demarcação física e por último acontece a inscrição no serviço de patrimônio da União e no cartório dos Municípios onde está a área indígena.

No Brasil, 48% das áreas indígenas já foram homologadas, registradas e demarcadas. A maior parte delas encontra-se na chamada Amazônia Legal. O Amazonas é o Estado que apresenta a maior população indígena proporcional ao restante dos habitantes. A Funai

trabalha hoje com a estimativa de que são 95 mil índios no Estado, 27% do total nacional. Melo Farias apresentou gráficos que mostram que se for criado o território do Rio Negro, 51% dele será formado por áreas indígenas. São 26 mil índios, espalhados em 445 comunidades por toda a região. Em São Gabriel da Cachoeira, que é apontada como a cidade que vai ser capital do território, a população indígena representa quase 90% dos habitantes.

É no Alto Rio Negro, diz o funcionário da Funai, que está uma grande prova de que os índios não têm limite de fronteira. "Eles vão onde tem peixe", conta, lembrando que o "trânsito" entre Brasil e Colômbia é feito sem o menor constrangimento por aquelas pessoas que, muitas vezes, nem sabem o que é um passaporte. Na área onde se pretende criar o território do Solimões, 38% das terras são área indígenas e no Juruá, 25%.

Grandeza será perdida

Presença garantida nos debates sobre divisão territorial, o deputado Eron Bezerra (PCdoB) apresentou ontem no Seminário (Pre)visões da Amazônia seu estudo sobre o tema, editado em um livreto que foi distribuído aos participantes. Com base na arrecadação e distribuição do Imposto de Circulação Sobre Mercadorias e Serviços (ICMS), o deputado tenta mostrar que a divisão não é um bom negócio para os Municípios a serem apartados. Enquanto isto, a constatação de que economia, população e território são os pressupostos que determinam a grandeza de uma região, leva a crer que o Amazonas perderia aquele que é hoje seu maior trunfo: a grandeza territorial.

"Sempre digo, quando chego no interior: apesar de parecer impossível, vocês podem sim, ficar pior do que estão", conta Eron. Os 23 Municípios que estão projetados para formarem os três novos territórios arrecadaram, em 2000, R\$ 1,16 milhões de ICMS. Em contrapartida, receberam, por força da lei do repasse do imposto, mais de R\$ 36 milhões. Nenhuma das alternativas apresentadas até agora para suprir essa perda conseguiu convencer o deputado.

Segundo Eron, três grupos distintos defendem a divisão. Os políticos em fim de carreira, que enxergam na região a possibilidade de facilmente continuar no poder; os militares (grupo no qual se incluem também alguns estudiosos) e as populações dos Municípios do interior, que, sempre tratados como "fardos para o Estado", acreditam ser a divisão a única forma de sair da situação de abandono.

O prefeito de Fonte Boa (a 680 quilômetros de Manaus), Wilson Lisboa (PPB), é um exemplo de que a teoria do deputado pode estar correta. Ele se encaixa perfeitamente no terceiro grupo. "Nosso grito não ecoa por aqui por conta da distância", disse ele, que atribui a situação de pobreza do interior à distância da capital e aposta em "se" e "quem sabe" para justificar sua posição favorável à divisão. "Se os deputados eleitos pelos territórios formarem um peso maior a favor da região, poderemos ganhar recursos." "Quem sabe a população não vai ter mais oportunidades?"

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão da Amazônia recebe projeto

A Comissão da Amazônia e Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados designou a deputada federal Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) para relatar o projeto de decreto legislativo sobre a criação dos três territórios federais no Amazonas:

Rio Negro, Solimões e Juruá. Por decisão da Mesa da Casa, o projeto vai tramitar primeiro nessa comissão. Só depois a matéria voltará para a Comissão de Finanças e Tributação (CFT), onde estava desde janeiro passado. O projeto, aprovado no Senado, determina que o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) realize num prazo de seis meses, após a promulgação do decreto, plebiscito em todo o Amazonas, a respeito da criação dos três territórios federais e desmembramento dos Municípios:

Rio Negro, Solimões e Juruá (Carauari, Itamarati, Eirunepé, Envira, Ipixuna, Guajará e Juruá). Vanessa achou coerente o despacho do presidente da Câmara, Aécio Neves, por se tratar de um projeto que discute questões profundas sobre a Amazônia e o desenvolvimento regional. Na Comissão da Amazônia, a idéia é ouvir todos os segmentos da sociedade, como prefeitos, vereadores, empresários, trabalhadores, entidades, órgãos públicos e especialista das áreas econômica e social.